

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

estados: emprego, desemprego ou inatividade. É considerada desempregada uma pessoa com 15 ou mais anos, sem trabalho remunerado ou outro, disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não, e que efetuou diligências para encontrar emprego.

No atual contexto de crescente diversificação, heterogeneidade e invisibilidade do trabalho e do emprego, multiplicam-se as relações com o trabalho e o emprego e, logo, com o desemprego, dificultando a sua quantificação, introduzindo alterações no seu significado social, diversificando as suas vivências e, mais grave, limitando o acesso às proteções na eventualidade de desemprego. O desemprego pode, pois, ser definido como um problema social complexo e constituir o ponto de partida para interrogar, por um lado, a atual tendência para a naturalização do risco laboral e para a banalização do escamoteamento do valor-trabalho e, por outro, as medidas políticas destinadas a colmatar os seus efeitos sociais e individuais. Os números do desemprego não são, todavia, suficientes para abarcar o fenómeno em toda a sua espessura.

Independentemente da partilha de uma condição objetiva, os/as desempregados/as continuam a viver diferentes condições sociais e a pertencer a diferentes grupos sociais, pelo que as desigualdades encontram eco nas experiências do desemprego. Perante a ampliação dos números do desemprego, os/as desempregados/as precisam de existir e, logo, de um olhar sociológico que abra espaço às experiências plurais que compõem o polo desqualificado da dicotomia trabalho/não-trabalho e que existem, quando sustentadas somente por uma lógica produtivista, sob uma forma desqualificada de existir.

Pedro Araújo

Desigualdade

O conceito de desigualdade pressupõe o de igualdade. Para Hannah Arendt, a igualdade é o resultado da organização e da ação humanas orientadas pelo princípio de justiça. Não nascemos iguais, tornamo-nos iguais em comunidades que buscam direitos iguais. A proposta mais consistente e fundadora sobre a origem das desigualdades advém de Jean-Jacques Rousseau quando afirmou que as mesmas emergiram no dia em que «o primeiro [ser humano], tendo cercado um terreno, afirmou: Isto é meu, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar nele. Foi o verdadeiro fundador da sociedade civil».

Assim, a desigualdade é sempre social e relacionada com os contextos (do local ao global) de exploração de um ser humano por outro com base em recursos distribuídos de forma desigual e injusta.

O acesso e a posse de propriedade como fatores primordiais da desigualdade foram reafirmados pelas correntes marxistas, a que se acrescentaram posteriormente reflexões sobre o papel de outros determinantes na desigualdade, tais como a diferença entre sexos e fatores étnicos e raciais. Nas sociedades contemporâneas, um dos principais fatores de reprodução das desigualdades é a escola e o acesso diferenciado à aquisição de conhecimentos e de competências que permitam a realização de processos de mobilidade e de ascensão social.

Numa situação de crise e de predominância de um discurso liberal que acentua a escassez de recursos económicos, as desigualdades de cariz económico e social tendem a acentuar-se por dificuldade dos Estados em aplicar medidas de redistribuição da riqueza e pela diminuição dos apoios sociais aos mais desprotegidos. A crise legitima a hegemonia do discurso associado ao darwinismo social de seleção dos mais capazes e aptos e da exigência de cada um ser o empreendedor de si próprio. Ora, sem projeto coletivo e sem o princípio de justiça e de direitos iguais, não há igualdade. Refira-se, por último, que Portugal é um dos países da OCDE, segundo relatório de 2012, com maiores desigualdades de rendimento e onde as desigualdades sociais são mais acentuadas.

José Manuel Mendes

Deslocalização

O conceito de deslocalização é utilizado em situações diversas. A deslocalização de uma empresa significa, em princípio, a sua transferência de um país para outro. Mas, por exemplo, processos de externalização ou subcontratação podem surgir carregados de conteúdos de deslocalização e não serem referenciados como tal. Em regra, identificam-se como objetivos principais das deslocalizações de empresas a redução dos custos de trabalho e a exploração de normas ambientais menos exigentes, fator este a que está associada, muitas vezes, a deslocalização do carbono. Nos objetivos das deslocalizações entra um grande conjunto de fatores e uma utilização diversificada conforme o tipo de atividade e o grau de qualificação da mão-de-obra; a dimensão e proximidade dos mercados; os custos de contexto